



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 118

SÁBADO, 4 DE SETEMBRO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 9^a REUNIÃO, EM 3 DE SETEMBRO DE 1982

1.1 — COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

- Inexistência de *quorum* para a abertura da sessão.
- Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento

1.2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

1.2.1 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 101/82 (nº 292/79, na Casa de origem), que determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não-fumantes, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 102/82 (nº 4.697/81, na Casa de origem), que altera a Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.

2 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

- Ata de reunião do Conselho Deliberativo
- Pareceres do Conselho Deliberativo
- Balancetes Patrimoniais
- Demonstrações da conta “Receita e Despesa” e Balancetes Acumulados.

3 — PORTARIA DO SR. 1º-SECRETÁRIO

Nº 187/82

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 9^a REUNIÃO, EM 3 DE SETEMBRO DE 1982

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Martins Filho — Humberto Lucena — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Álano Barcelos — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Entretanto, não há em plenário o *quorum* mínimo regimental para a abertura da sessão.

Nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno, o Expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 202, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.207, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao II Plano de Metas Governamentais — PLAMEG II — 79/83, tendo

PARECER, sob nº 1.208, de 1981, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 232, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.306,

de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 875.103.660,51 (oitocentos e setenta e cinco milhões, cento e três mil, seiscentos e sessenta cruzeiros e cinqüenta e um centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.307 e 1.308, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e
- de Municípios, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 241, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.345, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinada a programação de investimentos naquele município, tendo

PARECERES, sob nºs 1.346 e 1.347, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e
- de Municípios, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 245, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.386, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 110,000,000.00 (cento e dez milhões de dólares norte-americanos) destinado ao programa de obras viárias e ligações troncais daquele Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.387, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 107, de 1982 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 549, de 1982), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao programa de investimentos urbanos, tendo

PARECERES, sob nºs 550 e 551, de 1982, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso; e
- de Municípios, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 114, de 1982 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 565, de 1982), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares), destinada aos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, Mineração e Infra-estrutura Econômica, naquele Estado, tendo

PARECER, sob nº 566, de 1982, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 159, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 951, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 342.652.400,00 (trezentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e cinqüenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 962, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 189, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.153, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao programa de rodovias alimentadoras do Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.154, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

9

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

11

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

12

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

13

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

14

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1981 (nº 3.702/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

— INCRA, a alienar, à Companhia Agro-Industrial de Monte Alegre, os lotes 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da gleba 60, localizados no Projeto Integrado de Colonização de Altamira, no Município de Prainha, no Estado do Pará, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 580 a 582, de 1982, das Comissões:

- de Agricultura;
- de Assuntos Regionais; e
- de Finanças.

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, de autoria do Senador Dirceu Cardoso, de reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

17

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a elevar em Cr\$ 180.975.100,00 (cento e oitenta milhões novecentos e setenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1982, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

18

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 311, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a elevar em Cr\$ 37.576.000,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 312 e 313, de 1982, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

19

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 e 576, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 180 DO REGIMENTO INTERNO

Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 1982 (Nº 292/79, na Casa de origem)

Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não-fumantes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas de ônibus autorizadas a executar o serviço de transporte coletivo de passageiros em linhas intermunicipais, interestaduais e internacionais ficam obrigadas a realizar uma divisão igualitária dos assentos de cada veículo entre usuários fumantes e usuários não-fumantes.

§ 1º A separação física entre usuários fumantes e usuários não-fumantes deve ser observada na divisão dos assentos.

§ 2º O assento eventualmente remanescente da divisão será assegurado a usuário não-fumante.

Art. 2º O usuário fumante que aceitar bilhete de passagem para assento destinado a usuário não-fumante fica impedido de, em viagem, fazer uso do tabagismo.

Parágrafo único. Ao infrator será aplicada multa equivalente a 2 (duas) vezes o valor da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional — ORTN.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

(As Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Saúde.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 1982

(Nº 4.697/81, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

Pena — prisão simples de seis meses a dois anos e multa de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

Art. 3º

Pena — prisão simples de três meses a um ano, ou multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 4º

Pena — prisão simples de três meses a um ano, ou multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 5º

Pena — prisão simples de seis meses a dois anos ou multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 7º

Pena — prisão simples de seis meses a dois anos e multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.390, DE 3 DE JULHO DE 1951

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente de contravenção do diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor;

Pena — prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitorias e locais semelhantes, aberto ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor;

Pena — prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros, por preconceitos de raça ou de cor;

Pena — prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor;

Pena — prisão simples, de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será à perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º Obstnar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor:

Pena — perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor:

Pena — prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 1982

As dezesseis horas do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e oitenta e dois, sob a Presidência do Senador Passos Pôrto, Vice-Presidente, e com a presença dos Senhores Senadores Agenor Maria, Bernardino Viana, José Lins, Nelson Carneiro e Affonso Camargo e dos Senhores Deputados Pedro Faria, Cardoso Alves, Alceu Collares, Aldo Fagundes, Hugo Napoleão, Theodorico Ferreira e Raul Bernardo, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senador Passos Porto anunciou aos membros presentes que o Deputado Bento Gonçalves retornaria à Brasília no dia seguinte e para tranquilidade e satisfação de todos encontrava-se plenamente restabelecido do problema de saúde que o acometera esperando que dentro de pouco tempo o ilustre Presidente esteja em perfeitas condições de reassumir o cargo que tão brilhantemente vem desempenhando há mais de três anos, dando assim continuidade a sua profícua administração do Instituto. Em seguida passou à pauta da reunião submetendo à aprovação do Conselho Deliberativo os processos de concessão de pensão aos ex-funcionários Joaquim Luiz da Rocha, Raimundo Vieira Gondim, José Ivan Ribeiro, Abdon Vicente Martins, Harry Riedel e às beneficiárias Iracema de Melo Cerqueira,

Norat Pires Ferreira, Leila Ribas Wanderlei Dantas, María Nina de Almeida Lemos, Josephina Costa Azevedo, Beatriz Stella Prado de Moura Andrade e Alzira Coelho Brito; processos estes que já haviam sido deferidos ad referendum do Conselho, obtendo todos o deferimento por unanimidade. Foram apreciados ainda, os processos de José Parente Frota requerendo a faculdade de recolher contribuições ao IPC e de Thereza Cristina Mariotti Tasso requerendo pagamento de seguro de vida, ambos aprovados. Dando continuidade aos trabalhos o Conselho Deliberativo de acordo com a atribuição que lhe confere o artigo quinze, alínea "d" da lei número quatro mil, duzentos e oitenta e quatro, de mil novecentos e sessenta e três, regulamentado pelo artigo treze, alínea "c" do Regimento Básico do IPC, examina e aprova os balancetes patrimoniais e os demonstrativos das receitas e despesas dos meses de maio, junho e julho do corrente ano. O Senhor Vice-Presidente, Senador Passos Pôrto pediu a palavra para lamentar a grande perda sofrida não só pelo Tribunal de Contas da União como também pelo IPC com o falecimento do seu saudoso ex-presidente, Ministro Henrique de La Roque Almeida, excepcional criatura humana que sempre procurou viver uma vida simples, sincera e serena, repelindo prontamente todo pensamento de descontentamento, ansiedade, desânimo, impureza e egoísmo; cultivada alegria, magnanimitade, caridade e o hábito do santo silêncio; exercitava economia na despesa, cuidando na conversação, diligência nos serviços, fidelidade em toda incumbência e uma enorme confiança em Deus. Era dotado de um requisito insubstituível de progresso tanto moral como intelectual — a humildade. Hoje temos ecos de sua alma genuinamente cristã, nos dando a certeza de que no tempo da vida que passa há sinais de eternidade que permanecem dignos de figurar não só emoldurados na parede do nosso Instituto, mas no recesso sagrado de nossa consciência. Ao finalizar, suas palavras foram endossadas pela solidariedade de todos os presentes que enalteceram as qualidades do grande homem público que deixou o nosso convívio. Nada mais havendo a tratar às dezesseis horas e quarenta minutos foi encerrada a reunião e, para constar, eu, Pedro Alves de Freitas, Secretário, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, Senador José Passos Pôrto.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, nos termos da Competência estabelecida pelo Art. 15 item "d" da Lei nº 4.284 de 20 de novembro de 1963, tendo procedido ao exame do Balanço Patrimonial e dos Demonstrativos das Receitas e Despesas referentes ao mês de maio de 1982, é de parecer que os mesmos se encontram corretos e em boa ordem, satisfazendo assim as exigências legais.

Brasília, 26 de agosto de 1982. — Senador Nelson Carneiro, Conselheiro Agenor Maria, Conselheiro — Senador Bernardino Viana, Conselheiro — Senador Affonso Camargo, Conselheiro-Deputado Alceu Collares, Conselheiro — Deputado Pedro Faria, Conselheiro — Deputado Cardoso Alves, Conselheiro — Deputado Aldo Fagundes, Conselheiro.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇETO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.05.82

Brasília-DF., 31 de maio de 1982

Júnior
ROSENTHAL ANTERO ALVES JÚNIOR
Téc. de Contabilidade
CRC-DF 4736

Lucia Santos Tomelin
LUCIA SANTOS TOME LIN
Chefe da Seção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109

Pedro de Freitas
PEDRO ALVES DE FREITAS
Diretor da Secretaria

SENADOR JOSÉ PASSOS PORTO
Vice-Presidente


SENADOR IVANIR CUNHA LIMA
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
Demonstração da Conta "Receita e Despesa"
BALANÇE ACUMULADO DE 01.01 A 31.05.82

<u>R E C E I T A</u>			
1.000 - RECEITAS CORRENTES			
1.100 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS			
1111 - Contribuições Seg. Obrigatórias			
01 - Da Cárcara	38.229.559,00		
02 - Do Senado	<u>5.000.735,60</u>	44.230.294,60	
1112 - Contribuições Seg. Facultativos			
01 - Da Câmara	13.489.545,00		
02 - Do Senado	15.620.104,00		
03 - Do Prodasen	<u>136.612,00</u>	29.246.291,00	
1113 - Contribuições de Pensionistas			
1111 - Contribuições p/Complens. Carencia			
01 - Segurados Obrigatorios	1.870.426,00		
02 - Segurados Facultativos	<u>156.560,00</u>	2.026.986,00	
1116 - Contribuições Integrais			
01 - Segurados Obrigatorios		1.366.862,00	92.577.087,60

<u>DESPESA</u>	
3.000 - DESPESAS CORRIENTES	
	2.232.887,00
	181.619,40
	<u>322.959,34</u>
	2.740.465,74
<u>NTES</u>	
ries	96.754.953,00
ivea	127.379.491,00
	44.520.576,00
	693.312,00
	1.037.136,00
Vida	25.323.583,00
	295.700.060,00

<u>1.200 - RECEITA PATRIMONIAL</u>			
1226 - Juros "Open Market"		15.071.436,62	
1231 - Juros de depósitos Bancários			
01 - Prazo Fixo	4.488.333,00		
02 - Poupança	575.630,12	5.063.963,12	
1235 - Juros a/Empr. C/Aplic. Especial		4.201.027,56	
1241 - Juros de Empr. Simples		101.281.896,09	
1252 - Alugueis		4.783.088,00	
1243 - Dividendos e Participações		831.003,80	131.232.415,19

<u>1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>		
1.411 - Contribuições da Câmara		89.799.575,00
1.412 - Contribuições do Senado		27.681.871,00
1.413 - Contribuições do Prodesen		163.753,00
1.420 - Contribuições Decor. Saldo de Márrias		
01 - Da Câmara		2.227.126,00
1.430 - Receta de Exerc. Anteriores		
01 - Da Câmara		9.064.592,01
1.490 - Contribuições Diversas		
01 - Câmara - Subvenção	2.925.000,00	
02 - Senado - Subvenção	2.250.000,00	5.175.000,00
		134.111.917,01
Total das Receitas Correntes		

<u>1.500 - RECEITAS DIVERSAS</u>	
1510 - Multas e Juros de Mora	
01 - Sobre Contribuições	15.988,00
02 - Sobre Empréstimos Simples	7.260,00
1515 - Taxa de Antecipação	23.248,00
1530 - Comissões S/Seguros	88.591,00
1590 - Outras Receitas Diversas	1.044.163,53
	5,60
TOTAL DA RECEITA.....	1.156.008,13
	359.077.427,93

TOTAL DA DESPESA: 298.119.534,76
 Superavit Verif. no par. de 01.01 a 31.05.82: 60.667.833,19
TOTAL: 359.077.427,93

Júnior
ROSENTHAL AMÉRICO ALVES JÚNIOR
Tec. de Contabilidade
CRC-DF 4736

Lúcia Tomelin
LÚCIA SANTOS TOME LIN
Chefe da Seção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109

Brasília-DF., 31
Pedro de Freitas
PEDRO ALVES DE FREITAS
diretor da Secretaria

J. Passos
SENADOR JOSÉ PASSOS PORTO
Vice-Presidente


SENADOR IVANHO CUNHA LIMA
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTASDemonstração da Conta "RECEITA E DESPESA"RECEITAS1.000 - RECEITAS CORRENTES1.100 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS

1111 - Contribuições Seg. Obrigatórios	9.927.577,00
01 - Da Câmara	1.555.178,00
02 - Do Senado	11.482.755,00
1112 - Contribuições Seg. Facultativos	
01 - Da Câmara	3.476.471,00
02 - Do Senado	4.029.067,00
03 - Do Prodasen	35.126,00
1113 - Contribuições de Pensionistas	7.454.717,00
1114 - Contribuições p/Compan. Carença	185.510,00
01 - Segurados Obrigatórios	220.876,00
02 - Segurados Facultativos	35.338,00
1115 - Contribuições Integrais	
01 - Segurados Obrigatórios	324.978,00
	27.024.292,00

1.200 - RECEITA PATRIMONIAL

1226 - Juros "Open Market"	12.224.313,00
1231 - Juros de Depósitos Bancários	
01 - Prazo Fixo	2.025.833,00
1235 - Juros s/Empr. C/Aplic. Especial	921.663,33
1241 - Juros de Empr. Simples	24.270.166,53
1242 - Aluguel	1.318.759,00
	40.760.734,86

1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1111 - Contribuições da Câmara	23.261.625,00
1112 - Contribuições do Senado	7.174.130,00
1113 - Contribuições do Prodasen	60.730,00
1120 - Contribuições Decorr. Saldo de Diárias	
01 - Da Câmara	978.978,00
1150 - Contribuições Diversas	
02 - Senado - Subvenção	2.250.000,00
	33.725.763,00

1.500 - RECEITAS DIVERSAS

1510 - Multas e Juros de Mora	
01 - Sobre Contribuições	15.988,00
1515 - Taxa de Antecipação	75.613,00
1530 - Comissões S/Seguros	273.136,87
	365.037,87
TOTAL DA RECEITA:	101.875.827,73
Déficit verif. no mês de maio/82:	33.560.807,78
TOTAL:	134.436.635,51

MÊS DE MAIO DE 1982DESPESAS3.000 - DESPESAS CORRENTES

3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO	
3113 - Gratificações a Servidores	156.261,00
3130 - Serviços de Terceiros	44.003,58
3170 - Despesas Diversas	71.655,93
	571.723,51
3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3280 - Pessoas a Contribuintes Obrigatórios	45.769.976,00
3281 - Pessoas a Contribuintes Facultativos	60.602.667,00
3282 - Pessoas a Beneficiários	20.976.992,00
3283 - Pessoas a Beneficiários Especiais	326.456,00
3285 - Auxílios Pecuniários de Seg. de Vida	119.280,00
3290 - Auxílio ao Fundo Assistencial	6.067.511,00
	133.864.912,00

TOTAL DA DESPESA: 134.436.635,51

Brasília - DF., 31 de maio de 1982.

Lins
ROSENAL ANTONIO ALVES JÚNIOR
Téc de Contabilidade
CRC-DF 4736

Lucia Santos Tomelin
LUCIA SANTOS TOME LIN
Chefe da Secção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109

Pereira de Freitas
PEIREIRA DE FREITAS
Diretor da Secretaria

Nelson Carneiro
SENADOR JOSÉ PASSOS PORTO
Vice-Presidente

Camargo
SENADOR IVANIR CUNHA LIMA
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, nos termos da Competência estabelecida pelo art. 15, item "d" da Lei nº 4.284 de 20 de novembro de 1963, tendo procedido ao exame do Balancete Patrimonial e do Demonstrativo das Receitas e Despesas referentes ao período de 1º-1 a 30-6-82 e do Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de junho/82, é

de parecer que os mesmos se encontram corretos e em boa ordem, satisfazendo, assim, as exigências legais.

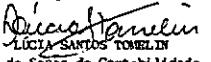
Brasília, 26 de agosto de 1982. — Senador Nelson Carneiro, Conselheiro — Senador Affonso Camargo, Conselheiro — Senador José Lins, Conselheiro — Deputado Hugo Napoleão, Conselheiro — Deputado Alceu Collares, Conselheiro — Deputado Raul Bernardo, Conselheiro — Deputado Aldo Fagundes, Conselheiro — Deputado Theodorico Ferraço, Conselheiro.

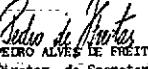
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30.06.82

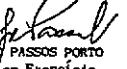
7.000 - ATIVO		8.000 - PASSIVO	
7.100 - DISPONÍVEL		8.100 - EXIGÍVEL	
7120 - Bancos C/Movimento	28.165.394,33	8114 - Credores Diversos	10.990,00
7121 - Banco do Brasil S/A	78.468.932,23	8115 - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.969.471,00
7130 - Bancos C/Cheques em Trânsito	1.540.490,00	8116 - Título a Pagar - Denasa S/A	3.099.599,92
7131 - Caixa Econômica Federal	1.613.838,88		5.480.160,92
	112.768.565,44		
7.200 - REALIZÁVEL		8.200 - FUNDO DE GARANTIA	
7212 - Depósitos Bancários C/Prazo Fixo	100.400.000,00	8210 - Fundo de Reserva	4.000.000,00
7214 - Devedores Diversos	52.137.369,50		
7217 - Fundo de Investimento	37.679,68	8.300 - NÃO EXIGÍVEL	
7218 - Ações do Banco do Brasil S.A.	944.136,00	8330 - Resultado Operacional	
7221 - Empréstimos Simples	76.022.924,00	01 - Exercícios Anteriores	306.604.165,70
7225 - Emp. Simples a Não Associados	4.060,00	02 - Exercício Atual	80.219.476,28
7230 - Emp. C/Aplicação Especial	11.315.188,00	8340 - Reserva de Reavaliação dos Bens Imóveis	366.823.941,98
7251 - Contrib. Exerc. Anteriores a Receber			59.753.581,45
01 - Da Câmara	9.642.432,44		446.577.523,43
7252 - Contrib. Exerc. Atual a Receber		8.400 - TRANSITÓRIAS	
01 - Da Câmara	488,00	8440 - Recebido por Conta de Seguros	
7253 - Juros a Receber		02 - Da Seguros de Veículos	(3.193,50)
02 - Juros Bancários - Conta Prazo Fixo	12.215.556,00	03 - Cia. Sul América	1.129.547,35
	262.720.133,62	04 - Cia. Internacional	965.203,18
7.300 - ATIVO PERMANENTE		05 - Cia. Atlântica	810.618,14
7310 - Equipamentos e Instalações	217.014,00	06 - Cia. Aliança da Bahia	765.970,38
7311 - Máquinas, Motores e Aparelhos	888.545,88		3.781.115,85
7317 - Bens Imóveis			
01 - Valor Histórico	17.329.819,99		
02 - Valor C/Reavaliação	59.753.581,45		
03 - Correção Monetária a Incorporar	6.016.391,82		
7318 - Móveis e Utensílios	83.129.793,26		
	62.078,00		
TOTAL DO ATIVO:.....	459.806.130,20	TOTAL DO PASSIVO:.....	459.806.130,20

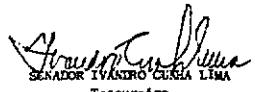
Brasília-DF., 30 de junho de 1982.


ROSENTEL ANTERO ALVES JÚNIOR
Téc. de Contabilidade
CRC-DF 4736


LÚCIA SANTOS TOME LIN
Chefe de Seção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109


PEDRO ALVES DE FREITAS
Diretor da Secretaria

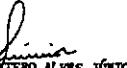

SENAIOR JOSÉ PASSOS PORTO
Presidente em Exercício


SENAIOR IVANIR CUNHA LIMA
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"
BALANÇE ACUMULADO DE 01.01 A 30.06.82

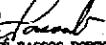
RECEITA		DESPESA	
1.000 - RECEITAS CORRENTES		3.000 - DESPESAS CORRENTES	
1.100 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS		3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO	
1111 - Contribuições Seg. Obrigatórias		3113 - Gratificações a Servidores	2.709.971,00
01 - Da Câmara	48.219.033,00	3130 - Serviços de Terceiros	228.136,62
02 - Do Senado	7.569.233,60	3170 - Despesas Diversas	751.655,75
	55.788.266,60		3.269.572,97
1112 - Contribuições Seg. Facultativos		3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
01 - Da Câmara	16.958.187,00	3280 - Pensões a Ex-Contribuintes Obrigatórios	121.841.350,00
02 - Do Senado	19.634.157,00	3281 - Pensões a Ex-Contribuintes Facultativos	160.452.976,00
03 - Do Prodasep	172.068,00	3282 - Pensões Beneficiários	56.129.616,00
	36.764.712,00	3283 - Pensões a Beneficiários Especiais	932.132,00
1113 - Contribuições de Pensionistas		3285 - Auxílio Pecuniário de Seg. de Vida	1.407.111,00
1114 - Contribuições p/Complet. Carença		3290 - Auxílio no Fundo Assistencial	31.777.601,00
01 - Segurados Obrigatórios	2.165.583,00		372.540.864,00
02 - Segurados Facultativos	202.019,00		
	2.667.602,00		
1116 - Contribuições Integrais			
01 - Segurados Obrigatórios	1.366.862,00		
	116.365.072,60		
1.200 - RECEITA PATRIMONIAL			
1226 - Juros "Open Market"	17.740.853,12		
1231 - Juros de Depósitos Bancários			
01 - Prazo Fixo	4.488.333,00		
02 - Poupança	1.317.031,35		
	5.805.364,35		
1235 - Juros s/Emp. C/Aplic. Especial	5.124.559,63		
1241 - Juros de Emp. Simples	127.097.962,09		
1242 - Aluguéis	5.502.080,00		
1243 - Dividendos e Participações	2.725.168,55		
	163.995.978,75		
1.400 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
1111 - Contribuições da Câmara	113.247.165,00		
1112 - Contribuições do Senado	34.819.898,00		
1113 - Contribuições do Prodasep	163.753,00		
1120 - Contribuições Dacor. Saldo de Diárias			
01 - Da Câmara	3.306.000,00		
1130 - Recursos de Exerc. Anteriores			
01 - Da Câmara	9.064.592,01		
1140 - Contribuições Diversas			
01 - Câmara - Subvenção	2.925.000,00		
02 - Senado - Subvenção	2.250.000,00		
03 - MEC - Subvenção	8.362.000,00		
	13.557.000,00		
1.500 - RECEITAS DIVERSAS			
1510 - Multas Juros de Mora			
01 - Sobre Contribuições	15.988,00		
02 - Sobre Empréstimos Simples	7.260,00		
	23.248,00		
1515 - Taxa de Anticipação	244.529,00		
1530 - Comissões S/Seguros	1.259.919,29		
1590 - Outras Receitas Diversas	2.757,60		
	1.530.453,89		
	456.049.913,25		
TOTAL DA RECEITA:.....		TOTAL DA DESPESA:.....	
		Superavit Verif. no per. de 01.01 a 30.06.82...	375.830.435,97
			80.219.476,33
		TOTAL:.....	456.049.913,25

Brasília-DF., 30 de junho de 1982.


ROSENTEL ANTERO ALVES JÚNIOR
Téc. de Contabilidade
CRC - DF 4736


LÚCIA SANTOS TOME LIN
Chefe de Seção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109


PEDRO ALVES DE FREITAS
Diretor da Secretaria


SENAIOR JOSÉ PASSOS PORTO
Presidente em Exercício


SENAIOR IVANIR CUNHA LIMA
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"

RECEITAS

1.000 - RECEITAS CORRENTES

1.100 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS

1111 - Contribuições Seg. Obrigatórias	9.889.474,00	
01 - Da Câmara	9.889.474,00	
02 - Do Senado	1.058.498,00	11.557.972,00
1112 - Contribuições Seg. Facultativos		
01 - Da Câmara	3.468.612,00	
02 - Do Senado	4.014.353,00	
03 - Do Prodasen	35.426,00	7.518.421,00
1113 - Contribuições de Pensionistas		4.070.976,00
1114 - Contribuições p/Complam. Carência		
01 - Segurados Obrigatórios	595.157,00	
02 - Segurados Facultativos	45.459,00	640.616,00
		23.787.985,00

1.200 - RECEITA PATRIMONIAL

1226 - Juros "Open Market"	2.669.416,50
1231 - Juros de Depósitos Bancários	
02 - Poupança	741.401,24
1235 - Juros s/Empr. C/Aplic. Especial	923.523,07
1241 - Juros de Empr. Simples	25.816.066,00
1242 - Alugueis	718.992,00
1243 - Dividendos e Participações	1.894.164,75
	32.763.563,56

1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1411 - Contribuições da Câmara	23.447.590,00
1412 - Contribuições do Senado	7.138.027,00
1420 - Contribuições Decorr. Saldo de Diárias	
01 - Da Câmara	1.078.874,00
1450 - Contribuições Diversas	
03 - MEC - Subvenção	8.382.000,00
	40.046.491,00

1.500 - RECEITAS DIVERSAS

1515 - Taxa de Antecipação	155.936,00
1530 - Comissões S/Seguros	215.735,76
1590 - Outras Receitas Diversas	2.752,00
	374.445,76

TOTAL DA RECEITA:.....

96.972.485,32

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, nos termos da Competência estabelecida pelo Art. 15, item "d" da Lei nº 4.284 de 20 de novembro de 1963, tendo procedido ao exame do Balancete Patrimonial e do Demonstrativo das Receitas e Despesas referentes ao período de 01.01 a 31-7-82 e do Demonstrativo das Receitas e Despesas do mês de

julho/82, é de parecer que os mesmos se encontram corretos e em boa ordem, satisfazendo, assim, as exigências legais.

Brasília, 26 de agosto de 1982. — Senador Nelson Carneiro, Conselheiro — Senador Affonso Camargo, Conselheiro — Senador Bernardino Viana, Conselheiro — Senador José Lins, Conselheiro — Deputado Hugo Napoleão, Conselheiro — Deputado Alceu Collares, Conselheiro — Deputado Aldo Fagundes, Conselheiro — Deputado Raul Bernardo, Conselheiro — Deputado Theodorico Ferrão, Conselheiro.

Lúcio
ROGÉRIO ANÍBAL ALVES JÚNIOR
Téc. de Contabilidade
CRC-DF 4736

Nicola Tomelin
LÚCIA RAYMOS TOMELIN
Chefe da Secção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109

Pedro de Freitas
PEDRO ALVES DE FREITAS
Diretor da Secretaria

José Passos Porto
SENADOR JOSÉ PASSOS PORTO
Presidente em Exercício

Waldemar Cunha Lima
SENADOR WALDEMAR CUNHA LIMA
Tesorero

MÊS DE JUNHO DE 1982
DESPESAS

3.000 - DESPESAS CORRENTES	549.107,23
3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO	
3113 - Gratificações a Servidores	477.084,00
3130 - Serviços de Terceiros	43.517,22
3170 - Despesas Diversas	28.500,01
	549.107,23
3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3280 - Pensões a Ex-Contribuintes Obrigatórios	25.086.397,00
3281 - Pensões a Ex-Contribuintes Facultativos	33.073.181,00
3282 - Pensões a Beneficiários	11.609.070,00
3283 - Pensões a Beneficiários Especiais	238.820,00
3285 - Auxílio Pecuniário de Seg. de Vida	370.000,00
3290 - Auxílio ao Fundo Assistencial	6.151.015,00
	76.831.795,00
TOTAL DA DESPESA:.....	77.380.902,33
Superávit Verif. no mês de junho/82:.....	19.591.583,00
TOTAL:.....	96.972.485,32

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
BALANÇE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.07.82

7.000 - ATIVO		8.000 - PASSIVO	
7.100 - DISPONÍVEL		8.100 - EXIGÍVEL	
7120 - Bancos C/Movimento	39.614.407,93	8114 - Creditores Diversos	11.844,00
7121 - Banco do Brasil S/A	68.224.016,94	8115 - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.998.790,00
7130 - Bancos C/Cheques em Trânsito	100,00	8116 - Título a Pagar - Demais S/A	3.200.333,25
7131 - Caixa Econômica Federal	4.613.836,88		5.218.967,25
7133 - Open Market	20.000.000,00		
		8.200 - FUNDO DE GARANTIA	
		8210 - Fundo de Reserva	4.000.000,00
7.200 - REALIZÁVEL		8.300 - NÃO EXIGÍVEL	
7212 - Depósitos Bancários C/Prazo Fixo	110.700.000,00	8330 - Resultado Operacional	
7211 - Dívidores Diversos	36.226.593,23	01 - Exercícios Anteriores	306.604.455,70
7217 - Fundo de Investimento	37.679,68	02 - Exercício Atual	103.821.498,17
7228 - Ações do Banco do Brasil S.A.	944.136,00	8340 - Reserva de Reavaliação	110.427.963,87
7221 - Empréstimos Simples	67.511.980,00	dos Bens Imóveis	59.753.581,45
7225 - Empr. Simples a Não Associados	4.060,00		170.181.545,32
7230 - Empr. C/Aplicação Especial	12.229.735,57		
7251 - Contrib. Exerc. Anteriores a Receber		8.400 - TRANSITÓRIAS	
01 - Da Câmara	9.632.432,44	8440 - Recibido por Conta de Seguros	
7252 - Contrib. Exerc. atual a Receber		02 - De Seguros de Veículos	(2.682,00)
01 - Da Câmara	23.497.711,00	03 - Cia. Sul América	1.193.196,05
7253 - Juros a Receber		04 - Cia. Internacional	963.317,95
02 - Juros Bancários - Conta Prazo Fixo	4.962.222,00	05 - Cia. Atlântica	860.411,13
		06 - Cia. Aliança da Bahia	813.152,30
			3.827.955,44
7.300 - ATIVO PERMANENTE		TOTAL DO PASSIVO:	
7310 - Equipamentos e Instalações	217.014,00		483.228.168,01
7311 - Máquinas, Motores e Aparelhos	888.545,88		
7317 - Bens Imóveis			
01 - Valor Histórico	17.329.819,99		
02 - Valor t/Reavaliação	59.753.581,45		
03 - Correção Monetária a Incorporar	6.738.215,02		
7318 - Móveis e Utensílios	62.078,00		
TOTAL DO ATIVO:	483.228.168,01		

Brasília-DF., 31 de julho de 1982.

Junior
ROSENAL ANTONIO ALVES JÚNIOR
Tec. de Contabilidade
CRC-DF 4736

Lucia Santos Tomelin
Chefe da Seção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109

Pedro de Freitas
PEDRO ALVES DE FREITAS
Diretor da Secretaria

J. Passos
SENADOR JOSÉ PASSOS PORTO
Vice-Presidente

H. L. Lima
SENADOR IVANDRO CUNHA LIMA
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"
BALANÇE ACUMULADO DE 01.01 A 31.07.82

RECEITA		DESPESA	
1.000 - RECEITAS CORRENTES		3.000 - DESPESAS CORRENTES	
1.100 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS		3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO	
1111 - Contribuições Seg. Obrigatórias	58.073.943,00	3113 - Gratificações a Servidores	3.179.524,00
01 - Da Câmara	58.073.943,00	3130 - Serviços de Terceiros	231.387,42
02 - Do Senado	9.107.759,60	3170 - Despesas Diversas	183.087,95
1112 - Contribuições Seg. Facultativas			3.793.999,37
01 - Da Câmara	20.745.390,00	3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
02 - Do Senado	23.620.814,00	3280 - Pensões a Ex-Contribuintes Obrigatórios	146.929.440,00
03 - Do Prodamen	172.068,00	3281 - Pensões a Ex-Contribuintes Facultativos	193.676.279,00
1113 - Contribuições de Pensionistas		3282 - Pensões a Beneficiários	68.035.297,00
1114 - Contribuições p/Complem. Carenciá		3283 - Pensões a Beneficiários Especiais	1.131.558,00
01 - Segurados Obrigatórios	2.781.004,00	3285 - Auxílio Pecuniário da Seg. de Vida	2.251.224,00
02 - Segurados Facultativos	237.445,00	3290 - Auxílio ao Fundo Assistencial	39.305.318,00
1116 - Contribuições Integrais			450.331.126,00
01 - Segurados Obrigatórios	1.366.862,00		
1.200 - RECEITA PATRIMONIAL			
1226 - Juros "Open Market"	20.745.019,12		
1231 - Juros de Depósitos Bancários			
01 - Prazo Fixo	14.532.573,30		
02 - Poupança	1.317.031,36		
1235 - Juros s/Empr. C/Aplic. Especial			
1221 - Juros de Empr. Simples			
1222 - Aluguéis			
1223 - Dividendos e Participações			
1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
1111 - Contribuições da Câmara	136.744.388,00		
1112 - Contribuições do Senado	41.929.929,00		
1113 - Contribuições do Prodamen	199.179,00		
1120 - Contribuições Docor. Saldo de Diárias			
01 - Da Câmara	4.431.189,00		
1120 - Recursos do Exerc. Anteriores			
01 - Da Câmara	9.064.592,01		
1190 - Contribuições Diversas			
01 - Câmara - Subvenção	5.850.000,00		
02 - Senado - Subvenção	4.500.000,00		
03 - MEC - Subvenção	8.382.000,00		
1.500 - RECEITAS BREVES			
1510 - Multas e Juros de Mora			
01 - Sobre Contribuições	15.988,00		
02 - Sobre Empréstimos Simples	7.260,00		
1515 - Taxa de antecipação			
1530 - Comissões S/Seguros	279.179,00		
1590 - Outras Receitas Diversas	1.259.919,29		
TOTAL DA RECEITA:	211.101.277,01		
		TOTAL DA DESPESA:	151.425.125,37
		Supervit Verif. no per. de 01.01 a 31.07.82....	103.821.198,17
		TOTAL:	557.948.623,54

Brasília-DF., 31 de julho de 1982.

Junior
ROSENAL ANTONIO ALVES JÚNIOR
Tec. de Contabilidade
CRC-DF 4736

Lucia Santos Tomelin
Chefe da Seção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109

Pedro de Freitas
PEDRO ALVES DE FREITAS
Diretor da Secretaria

J. Passos
SENADOR JOSÉ PASSOS PORTO
Vice-Presidente

H. L. Lima
SENADOR IVANDRO CUNHA LIMA
Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTASDemonstração da Conta "RECEITA E DESPESA"RECEITAS1.000 - RECEITAS CORRENTES1.100 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS

1111 - Contribuições Seg. Obrigatórios	9.854.910,00
01 - Da Câmara	9.854.910,00
02 - Do Senado	1.539.526,00
1112 - Contribuições Seg. Facultativos	
01 - Da Câmara	3.787.403,00
02 - Do Senado	3.986.357,00
1113 - Contribuições de Pensionistas	7.773.760,00
1114 - Contribuições p/Compl. Carença	4.082.704,00
01 - Segurados Obrigatórios	315.421,00
02 - Segurados Facultativos	35.126,00
	350.847,00
1115 - Contribuições de Pessoal Civil	23.600.747,00

1.200 - RECEITA PATRIMONIAL

1226 - Juros "Open Market"	3.004.166,00
1231 - Juros de Depósitos Bancários	
01 - Prazo Fixo	10.041.240,36
1235 - Juros s/Enpr. C/Aplic. Especial	997.116,07
1241 - Juros de Enpr. Simples	26.070.857,72
1242 - Aluguéis	47.885,00
1243 - Dividendos e Participações	1.156.179,20
	41.320.444,29

1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1411 - Contribuições da Câmara	23.497.223,00
1412 - Contribuições do Senado	7.110.031,00
1413 - Contribuições do Prodasen	35.426,00
1420 - Contribuições Decorr. Saldo de Diárias	
01 - Da Câmara	1.125.189,00
1490 - Contribuições Diversas	
01 - Câmara - Subvenção	2.925.000,00
02 - Senado - Subvenção	2.250.000,00
	5.175.000,00
	35.942.869,00

1.500 - RECEITAS DIVERSAS

1515 - Taxa de Antecipação	34.650,00
TOTAL DA RECEITA:	101.898.710,29

Brasília-DF., 31 de julho de 1982.

Lima
ROSENAL ALVES JÚNIOR
Téc. de Contabilidade
CRC-DF 4736

Lucia Gomes Tomelin
LUCIA GOMES TOMELIN
Chefe da Secção de Contabilidade
CONTADOR CRC-DF 2109

Pedro de Freitas
PEDRO ALVES DE FREITAS
Diretor da Secretaria

Porto
SENADOR JOSÉ PASSOS PORTO
Vice-Presidente

Cunha Lima
SENADOR IVANHO CUNHA LIMA
Tesoureiro

PORTARIA N° 187, DE 1982

O Primeiro-Secretário, no uso das suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no artigo 453, §§ 3º e 4º, da Resolução nº 58, de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002917823, resolve designar os doutores Alberto Moreira de Vasconcelos, Técnico Legislativo, Luiz Lacroix Leivas Filho, Técnico em Legislação e Orçamento, e Luiz Antônio Soares Laranja, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Co-

missão de Inquérito Administrativo incumbida de apurar a causa das faltas ao serviço, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, do Servidor Célio de Souza, Assistente Legislativo, Classe Especial, Referência NM-34, do Quadro Permanente, na forma do § 1º, inciso II, do artigo 440 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 31 de agosto de 1982. — *Cunha Lima*, Primeiro-Secretário.